

Ficha de Inventário (Anexo II)

I. Identificação do proponente

1. Designação: CPTEI - Centro Português de Tiflogia Equidade e Inclusão

2. Número de identificação fiscal: 515442445

3. Contactos:

3.1. Morada: Fundação Nossa Senhora da Esperança - Rua Sequeira Sameiro 7320-138 Castelo de Vide

3.2. Telefone: 245901166

3.3. Endereço eletrónico: maria.romeiras@gmail.com

3.4. Página na Internet: www.tiflogia.pt

II. Caracterização do proponente

1. Tipologia da entidade:

O CENTRO PORTUGUÊS DE TIFLOGIA, também designado abreviadamente por CPTEI, é uma Associação Científica com sede e domicílio em Castelo de Vide, na Fundação Nossa Senhora da Esperança.

O CPTEI tem por objetivo principal investigar, estudar, desenvolver, validar e aplicar teorias e boas práticas reabilitativas em equidade no âmbito da tiflogia. Nesse sentido o seu objeto principal são a reabilitação e integração, o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e a divulgação da investigação científica, tecnológica e respetiva aplicação, bem como a produção e distribuição de conteúdos científicos, em estreita cooperação com outros Centros de Investigação e Formação congéneres, Institutos de Ensino Superior, em Portugal e no estrangeiro.

2. Inserção territorial:

2.1. Concelho:

2.2. Distrito: Atuação em todo o território português.

3. Responsável:

3.1. Nome: Augusto Deodato Guerreiro

3.2. Cargo ou função: Presidente da Direção do CPTEI – Centro Português de Tiflogia, Equidade e Inclusão.

3.3. Habilitações académicas: Licenciado em História, Doutorado em Ciências da Comunicação, Professor Catedrático de Ciências da Comunicação, Especialidade Comunicação e Cultura, e Agregado em Ciências da Comunicação, Especialidade Comunicação e Cultura Inclusivas (Jubilado em 25.05.2023) Investigador no Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT), da Universidade Lusófona, também sócio efetivo de Associações de Cegos em Portugal (sendo cofundador da ACAPO).

4. Caracterização do histórico e das atividades desenvolvidas pelo proponente, designadamente em matéria de identificação, estudo e documentação da manifestação de PCI:

O Centro Português de Tiflogia, Equidade e Inclusão (CPTEI), com personalidade jurídica, fundado em 20

de maio de 2019 e registado/reconhecido notarialmente nesta data, conforme os Estatutos anexos, com sede e domicílio em Castelo de Vide, na Fundação Nossa Senhora da Esperança, Rua Sequeira Sameiro, 7320-138 Portalegre, que se rege pelos seus Estatutos, pelos seus Regulamentos e pela Lei Geral aplicável, é uma associação científica vocacionada para as questões aprofundadas da Tiflogia/Tiflociência, pesquisa e investigação, elaboração e validação de estudos mediante a confirmação por verificação experimental ou comparativa e aplicação dos resultados no terreno obtidos na área em referência, em cuja holística dimensão engloba o Braille, na sua polivalência linguística e da notação científica (por exemplo grafias braille para a fonética, matemática, físico-química, musicografia, informática), abrangendo todo o horizonte da signografia representável pela braillografia, bem como o ensino/aprendizagem e uso do Sistema Braille, alicerçado em princípios basicamente de ordem histórico social e cultural, pedagógico/didático educacional, científica e representativa de literacias e de outros domínios cognitivos, numa dimensão e perspetiva de equidade, de forma a universalizar-se a comprovada e consciente realidade e convicção da imprescindibilidade do braille para as pessoas cegas de todo o mundo, assim como o é a escrita comum (incluindo a manuscrita) para as pessoas de visão anatómica normal. O Centro Português de Tiflogia, embora só registado notarialmente na data supra, remonta a sua atividade a 2017, tendo-se realizado a Assembleia Eleitoral para a sua constituição em 9 de fevereiro de 2017, mas, naquela data, com denominação diferente: Centro de Investigação e Formação em Tiflogia, Ciência, Cultura e Inclusão, também designado abreviadamente por CITCCI.

Nesta sequência, o Centro Português de Tiflogia tem por objetivo principal investigar e estudar, desenvolver, validar e aplicar teorias e boas práticas reabilitativas/habilitacionais e inclusivas em equidade no âmbito da tiflogia e da tiflociência (com afinidade na contribuição específica de outras ciências), sendo o seu objeto social, neste sentido, a reabilitação/habilitação e integração social, o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e a divulgação da investigação científica e respetiva aplicação aos vários níveis no terreno, especialmente num contexto de acessibilidade e usabilidade para as pessoas cegas, bem como a produção e distribuição de conteúdos científicos, em estreita cooperação com a Fundação Nossa Senhora da Esperança e outros Centros de Investigação e Formação congéneres, Escolas Superiores de Comunicação e Educação e Universidades, em Portugal e no estrangeiro.

O Centro Português de Tiflogia, centrado na sua área específica de investigação (a tiflogia/tiflociência), como na organização e realização do 1º Congresso Internacional “Ciência e Tiflogia: A Cegueira em Contexto Científico”, que ocorreu nos dias 15 a 17 de junho de 2021 (www.tiflogia.pt) em Castelo de Vide, e nos vários eventos científicos na área que tem vindo a realizar, também, implicitamente, se dedica ao estudo e aplicação da braillogia (conjunto dos conhecimentos que consubstanciam e enquadram as matérias das várias vertentes da problemática do braille), da brailística (parte da braillogia que se ocupa dos conhecimentos sobre a génese do Sistema Braille, os seus princípios estruturais e as condições mais adequadas de ttilidade) e da braillografia (parte da braillogia que se ocupa do material signográfico e correspondentes normas de aplicação utilizados nas diversas escritas em braille), inclusive no seu desenvolvimento e aplicação ao nível tiflogiafotecnológico.

O Centro Português de Tiflogia tem vindo a desenvolver projetos inovadores na área da tiflogia, orientação e mobilidade na Comunidade de Países de Língua Portuguesa, e na senda tiflocientífica já aberta e num entusiástico estudo exploratório nas ciências sociais e humanas, em estreita cooperação/parceria com a Fundação Nossa Senhora da Esperança, fundada em 20 de julho de 1863, em que o ensino/aprendizagem e uso do braille se iniciou na década de 80 do século XIX, tendo sido a instituição que mais cedo começou a contribuir para a emancipação social das pessoas cegas em Portugal, designadamente no plano sócio laboral, estendendo a parceria a outras instituições congéneres ou

interessadas no seu projeto científico, como acima indicado.

O Centro Português de Tiflogia, como centro de investigação em tiflogia, entrosa na relevância da sua atividade de pesquisa e investigação o desenvolvimento da equidade na educação e na comunicação, na cultura e na ciência, podendo os seus contributos científicos, desde que devidamente analisados e aceites pelo seu Conselho Científico ser produzidos internamente, no próprio Centro, ou de proveniência externa ao mesmo.

O Centro Português de Tiflogia também pretende levar ao conhecimento da comunidade científica e da sociedade em geral o que vem sendo produzido em Portugal e no estrangeiro sobre o reconhecimento e aumento das capacidades e competências das pessoas cegas e todo o trabalho científico e prático, testado, credibilizado e aplicado, em relação a todas as áreas e a todos os domínios em que possam equacionar-se e estabelecer-se todo o tipo de prevenção e intervenção nas questões da equidade entre as pessoas cegas e normovisuais, essencialmente no que respeita à igualdade em direitos e oportunidades, dignidade e bem-estar biopsicossocial e humano.

III. Fundamentação do pedido de inventariação

1. Caracterização da relevância da manifestação de PCI:

1.1. Caracterização e fundamentação da relevância da manifestação do património cultural imaterial de acordo com, pelo menos, um dos critérios genéricos de apreciação constantes das alíneas a) a h) do artigo 10º do Decreto-Lei nº149/2015, de 15 de junho:

Fundamentação da Inquestionável Importância do Braille e do seu Justo Reconhecimento como Património Imaterial da Humanidade.

1 - Ao longo da história, têm havido variadíssimas maneiras de se representarem os caracteres comuns (ou em tinta, como na gíria é hábito dizer-se) por engenhosos processos, mas todos eles se revelando inapropriados e, por isso, efémeros, cabendo ao francês Valentin Hauy (o chamado pai da educação dos cegos no mundo) a criação de um sistema linear em relevo para a leitura tátil e a provável inspiração de Barbier de la Serre (que veio a sustentar ser o ponto mais adequado ao tato do que o traço, criando a Sonographie Barbier), o qual, levando a sua sonografia ao conhecimento do adolescente Louis Braille, este imediatamente a transformou na sua genial invenção socialmente emancipadora das pessoas cegas no mundo, dividindo ao meio as duas colunas paralelas de seis pontos cada uma daquela sonografia (cujas diferentes combinações de pontos só representavam os principais 36 sons da língua francesa), ficando aquelas duas colunas reduzidas a três pontos cada uma e a formarem um sinal fundamental com seis pontos, dividindo esse sinal em 64 combinações de pontos, incluindo o espaço vazio, e ordenando-os matricialmente numa evolução lógica de sete séries, conferindo valor alfabético e fonético à ordenação daqueles sinais, assim ficando constituído o Sistema Braille, como forma tátil de representação graficofonética da oralidade (analogamente à escrita comum) e signográfica para as notações linguística e científica e adaptável à representação braillográfica de todos os domínios e áreas do conhecimento.

2 - O Sistema Braille tem passado por vicissitudes muito complexas, como o demonstra a já aprofundada e vasta investigação feita no mundo (não obstante ainda extremamente aquém da aproximação do desejável), só vindo a ser oficializado em França em 1854, dois anos após a morte do seu autor.

3 - A partir de então, foi sendo, sucessivamente, oficializado nos diferentes países do mundo, sobretudo no Ocidente (sendo recomendada a sua adoção em toda a Europa em 1970), tendo a oficialização do

ensino das pessoas cegas em Portugal sido decretada em 22 de dezembro de 1894, a oficialização do Sistema Braille em Portugal decretada em 1930 e revista em 2018, no âmbito da inovação signográfica linguística e notação científica atuais, tendo os seus utilizadores (e instituições tiflológicas e universalistas) vindo a organizar e a realizar grandiosos eventos científicos e de natureza educativa, sociocomunicacional e cultural, revelando-se e justificando-se o braille, absoluta e irreversivelmente inquestionável, como o mais profícuo transformador de mentalidades em geral e equitativo para as pessoas cegas na sociedade, sobretudo no que se refere à igualdade de direitos e oportunidades, liberdades e exercício da sua capacitação e competências profissionais e humanizadoras da sociedade, dignidade e qualidade de vida neste mundo, que é de todos, e progressivamente melhorado com o contributo de todos.

4 - Sobretudo devido à literacia braille e a decorrentes literacias tiflograficotecnológicas e outras resultantes da aplicação da polivalência do Sistema Braille, garantindo e credibilizando competências mesmo ao mais alto nível, e sendo aqui necessariamente sucintos, já há pessoas cegas a desempenharem funções profissionais, académicas e científicas nas mais variadas áreas do conhecimento; no plano da formação literária e académica, há licenciados, mestres, doutores e com titulações no topo académico; nas áreas das letras e das artes do espaço e do tempo, há poetas, escritores, dramaturgos, compositores musicais, orquestradores, exímios instrumentistas, escultores, pintores... Na área das religiões, também já há padres católicos; na área da política, também há secretários de estado e ministros. Para além do desempenho de funções profissionais de carácter mediano e menos elevado, há professores dos vários níveis de ensino, psicólogos, biólogos, matemáticos, físicos e químicos, engenheiros informáticos e de reabilitação, advogados e juízes, museólogos, bibliotecários, arquivistas e documentalistas, investigadores, cientistas sociais e noutros domínios do saber.

5 - Nesta aceção, devido à inequívoca importância do braille, como o mais eficaz e preciso meio natural de leitura e escrita para as pessoas cegas de todo o mundo, numa dimensão de linguagem escrita para os direitos humanos, e para aumentar a conscientização sobre o significado do braille para os tantos milhões de pessoas que vivem com alguma forma de deficiência visual, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou, em novembro de 2018, o dia 4 de janeiro como o "Dia Mundial do Braille", reconhecendo o braille como o meio de pessoas cegas alcançarem plenamente os seus direitos e de elevar a língua escrita como o meio essencial da promoção de liberdades fundamentais.

6 - Segundo a Organização Mundial da Saúde, as pessoas com deficiência visual têm mais probabilidades de vivenciar taxas mais elevadas de pobreza e desvantagens, podendo essa situação conduzi-las a uma vida condicionada e miserabilizada por desigualdades.

7 - Em 2018 havia, no mundo todo, 39 milhões de pessoas cegas e 253 milhões possuíam algum tipo de deficiência visual. Para elas, o braille fornece uma representação tátil do alfabeto e de símbolos numéricos para que possam ler os mesmos artigos, livros e publicações em série (jornais e revistas), as designadas por "versões padrões de texto", que as pessoas de visão anatómica normal leem.

8 - Apenas com as diferentes combinações de seis pontos braille (64 sinais simples, incluindo o espaço vazio), representam-se letras, algarismos árabes e numeração romana, toda a notação linguística e científica, também a mais diversa sinalética signográfica, que vem surgindo no mundo, e estudando-se formas de aplicação da polivalência do braille ao sucessivo aparecimento de novos e inovadores processos de representação braillográfica de todo o tipo de símbolos e significação, mesmo o poligrafismo e a representação icónica que invadem o quotidiano do livro impresso e digital, permitindo assim à pessoa cega a comunicação escrita para lhe garantir a necessária e mais competência, independência e igualdade na sociedade das pessoas que veem e de todas as que têm limitações sensoriais e de outras naturezas.

9 - A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência indica e justifica o braille

como meio de comunicação e classifica-o como essencial na educação, liberdade de expressão e opinião, acesso à informação e inclusão social.

10 - As Nações Unidas, para promover sociedades mais acessíveis e inclusivas, lançaram o seu primeiro relatório sobre deficiência e desenvolvimento em 2018, coincidindo com o Dia Internacional para Pessoas com Deficiência, no qual o secretário-geral da ONU, António Guterres, pediu à comunidade internacional que participe na redução de lacunas na inclusão, sendo imperativo dizendo:

"Vamos reafirmar o nosso compromisso de trabalhar juntos para um mundo inclusivo e equitativo, onde os direitos das pessoas com deficiência sejam totalmente alcançados".

11 - Nos contextos de literacia braille, desde o pré-braille até aos mais sofisticados domínios da sua aplicação, tem de ser exercitado o tato ativo ou sistema háptico, porque é o mais importante sistema sensorial que a pessoa cega possui para conhecer o mundo, sendo essencial provocar a estimulação sensorio-percetual do tato, através do envolvimento precoce da criança (adolescentes, jovens, adultos e séniores, consoante os casos) em atividades de exploração e manipulação das características físicas dos objetos, como das diferentes formas, tamanhos e texturas, contemplando uma componente motivacional e cativante, numa contínua e persistente descoberta da linguagem escrita e oral, desenvolvendo atitudes positivas, nesse processo envolvendo famílias e profissionais, inserindo a pessoa cega na leitura e escrita do braille (manual e nos suportes e formatos técnicos e tecnológicos) como a pessoa normovisual na escrita comum.

12 - Em síntese, o braille, como o meio natural de leitura e escrita para as pessoas cegas no mundo, nos planos graficofonético e intelectossocial específico para o seu uso literário (e noutros domínios signográficos e cognitivos), é o seu mais promocional, eficiente e dinâmico, consistente e fecundo veículo *infocominclusivo*, mediante os ilimitados recursos evolutivos que oferece, e as adequadamente associadas novas tecnologias, inovadoras sob o ponto de vista tiflograficotecnológico, que proporcionam, assim promovendo e validando a inquestionável emancipação social em equidade da pessoa cega, em direitos e oportunidades, igualdade e dignidade na qualidade de vida, como as pessoas normovisuais.

13 - A nossa experiência vivencial quotidiana, a nossa consulta da vasta bibliografia (sobre o braille impresso com diferentes dimensões de célula consoante as necessidades táteis, digital e reprogramável) mundialmente publicada, a nossa aprofundada pesquisa e investigação deste estado de arte em Portugal, cuja síntese das referências bibliográficas se pode consultar em Bibliografia Genérica e em Bibliografia em Braille e Sobre o Braille (Noutros Suportes e Formatos) Publicada em Portugal, inclusive nos Anexos, que são mais elucidativos e substanciais.

a) A Importância da manifestação de património cultural imaterial enquanto reflexo da respetiva comunidade ou grupo;

b) Os processos sociais e culturais nos quais teve origem e se desenvolveu a manifestação do património cultural imaterial até ao presente;

c) As dinâmicas de que são objeto a manifestação do património cultural imaterial na contemporaneidade;

d) Os modos em que se processa a transmissão da manifestação do património cultural imaterial;

e) As ameaças e os riscos suscetíveis de comprometer a viabilidade futura da manifestação do

património cultural imaterial;

f) As medidas de salvaguarda propostas para assegurar a valorização e a viabilidade futura da manifestação do património cultural imaterial;

g) O respeito pelos direitos, liberdades e garantias e a compatibilidade com o direito internacional em matéria de defesa dos direitos humanos;

h) A articulação com as exigências de desenvolvimento sustentável e de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos;

1.2. Caracterização da relevância da manifestação do património cultural imaterial na sua relação com demais manifestações de património cultural móvel, imóvel ou imaterial:

1.3. Caracterização da relevância da manifestação do património cultural imaterial na sua relação com património natural:

1.4. Caracterização da relevância da manifestação do património cultural imaterial na sua relação com estudos científicos ou técnicos, com metodologias de pesquisa, com programas de informação e divulgação, ou com programas de sensibilização em curso com vista à salvaguarda da mesma:

A elaboração de estudos, metodologias e programas sobre o ensino/aprendizagem e uso do braille em Portugal, nos planos da linguística e da notação científica, do braille integral e do braille estenografado/abreviado, começou a fazer-se desde muito cedo, remontando à década de 90 do século XIX, mas, sobretudo mais criteriosa e sistematicamente, só a partir da década de 30 do século XX, conforme se pode observar em alguns campos já preenchidos nesta matriz.

Entre outras realizações/acontecimentos, simpósios, conferências, seminários e congressos neste contexto, pode verificar-se, num Quadro Cronológico das principais atividades e realizações de José Ferreira de Albuquerque e Castro (1903-1967), que tinha alguns resíduos de visão anatómica, que foi professor, pianista e compositor, poeta, conferencista, poliglota, tiflólogo, gramático, brailista, bibliófilo, pensador brilhante e filósofo distinto, de cujas muitas atividades se destacam as seguintes, na área dos estudos, metodologias e programas relacionados com o Sistema Braille:

. Em 1939: Publicação da primeira edição de Grafia Braille da Língua Portuguesa, trabalho que conciliou com a edição do primeiro compêndio de estenografia braille, gerando um prontuário de estenografia braille da língua portuguesa.

. Em 1945: Publicação de um Prontuário Morfológico da Língua Portuguesa.

. Em 1956: Criação do Centro de Produção do Livro para o Cego e fundação da revista Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura; em braille impresso.

. Em 1959: Participação, como representante permanente de Portugal, na Assembleia Geral World Council for the Welfare of the Blind (Roma).

. Em 1963: Nomeação pelo Ministério da Educação Nacional para a Comissão para os Exames dos Cegos nas Escolas Públicas.

. Em 1964: Nomeação pelo Ministério da Saúde e Assistência para a Comissão para a Grafia Matemática Braille.

- . Em 1965: Nomeação pelo Ministério da Saúde e Assistência para a Comissão para Estudo das Grafias Braille das Línguas Clássicas e da Fonética.
- . Em 1965: Nomeação pelo Ministério da Saúde e Assistência para a Comissão Permanente de Braille, a primeira em Portugal.

Podem confirmar-se estas e outras atividades em:

RIBEIRO, Luís Clemente (1967). Aqueles que por obras valorosas. Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura. Porto: Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille, nº 107 maio.

No seguimento de relevantes acontecimentos e publicações em Portugal sobre a matéria elucidativa a preencher neste campo da matriz, cabe aqui anotar algumas das bastantes Referências Bibliográficas a esse respeito:

AMADO, Maria C.T.M. Romeiras C. (2008). Escritos em branco: Rupturas da ciência e da pedagogia no Portugal oitocentista: O ensino para cegos no Asilo-Escola António Feliciano de Castilho (1888-1930) (Dissertação de Mestrado, não publicada, em Ciências da Educação). Universidade Clássica / Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Lisboa.

BAPTISTA, José António Salgado (2001). A invenção do braille e a sua importância na vida dos cegos. Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura. Porto: Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille da Santa Casa da Misericórdia, nº 469 janeiro; pp. 1-29. (Opúsculo de 16 páginas em caracteres comuns editado pela Comissão de Braille em 2000).

BASTARDO, Carlos (1996). Importância do ensino do braille no processo de reabilitação. Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura. Porto: Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille, Nº 423 novembro; pp. 1-23. (Comunicação apresentada à Conferência sobre O Sistema Braille Aplicado à Língua Portuguesa, organizada pela ACAPO e realizada em Lisboa, nos dias 12 a 14 de outubro de 1994).

CASTRO, J. de Albuquerque e (1937). Abreviaturas do sistema braille. Revista dos Cegos. Lisboa: Associação Promotora do Ensino dos Cegos, nº 17 julho; pp. 13-20. (Edição em braille).

COMISSÃO DE BRAILLE (2002a). Grafia braille para a língua portuguesa: Braille integral. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

COMISSÃO DE BRAILLE (2002b). Grafia fonética braille. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

COMISSÃO DE BRAILLE (2002c). Grafia informática braille. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

COMISSÃO DE BRAILLE (2002d). Grafia matemática braille. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

COMISSÃO DE BRAILLE (2002e). Grafia musical braille. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

COMISSÃO DE BRAILLE (2002f). Grafia química braille. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

GUERREIRO, A. Deodato, Dir. científico e Coaut. (2022). Pedagogia educacional inclusiva no ensino/aprendizagem da matemática a alunos cegos e normovisuais. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

GUERREIRO, A. Deodato (2021). Uma metodologia para a formação de professores de educação inclusiva na didática do braille. Atas do Seminário A Didática do Braille comemorativo do Dia Mundial do Braille [organizado pelo Núcleo para o Braille e Meios Complementares de Leitura e coordenado pelo Instituto

- Nacional para a Reabilitação]. Lisboa: ULHT, 8 janeiro; pp. 45-55.
- GUERREIRO, A. Deodato, coautor e diretor científico (2019). Musicografia Braille e equidade na CPLP. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas/ULHT.
- GUERREIRO, A. Deodato (2011). Literacia braille e inclusão: Para um estudo histórico-cultural e científico da tiflografia, tiflogia, infotecnologia e equipamentos culturais em Portugal. Lisboa: Câmara Municipal – Direção Municipal de Cultura / Gabinete de Referência Cultural: Pólo Interactivo de Recursos Especiais.
- GUERREIRO, A. Deodato, investigador, coordenador e coautor (2004). Glossário luso-brasileiro sobre o braille. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência / Comissão de Braille.
- GUERREIRO, A. Deodato (2000). Para uma nova comunicação dos sentidos: Contributos da tecnologização da tiflografia para a ampliação dos processos comunicacionais. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (Galardoado em 2000 com o Prémio de Mérito Científico “Maria Cândida da Cunha” do mesmo Secretariado Nacional, atual Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.).
- GUERREIRO, A. Deodato (1996). Critérios de produção e de publicação braillográfica. Cadernos de Educação. Lisboa: Instituto Piaget, nº 12 julho; pp. 13-15.
- NÚCLEO PARA O BRAILLE E MEIOS COMPLEMENTARES DE LEITURA (2021). A didática do braille: Compilação das comunicações apresentadas no seminário comemorativo do Dia Mundial do Braille de 2020. Lisboa: Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.
- OLIVA, F. P. (2003). Do braille à braillogia. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência - Comissão de Braille.
- PINTO, J. Nunes (1961). O analfabetismo na recuperação dos cegos. Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura. Porto: Centro de Produção do Livro para o Cego, nº 45 fevereiro-março; pp. 1-5.
- [S.A.] (1992). Ministério da Educação e o ensino do braille. Ponto e Som. Lisboa: Área de Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional, nº 75 outubro; pp. 116-118. (Edição em braille impresso e em braille digital).
- [S.A.] (1987). Seminário sobre estenografia braille da língua portuguesa. Ponto e Som. Lisboa: Área de Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional, nº 55 outubro; pp. 74-76. (Edição em braille impresso e em braille digital).
- [S.A.] (1988). Seminário sobre estenografia braille. Lisboa, 27-29 janeiro 1988. Ponto e Som. Lisboa: Área de Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional, nº 56 janeiro; pp. 24-26. (Edição em braille impresso e em braille digital).
- RODRIGUES, Aquilino (2022). O ensino da matemática a alunos cegos em Portugal. Pedagogia Educomunicacional Inclusiva no Ensino/Aprendizagem da Matemática a Alunos Cegos e Normovisuais (Atas). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, dezembro; pp. 85-99.

Estamos bem cientes de que, por razões inquestionavelmente óbvias, o braille é vitalmente indispensável à educação e formação, à ampliação e aprofundamento da utensilagem mental e exponenciação cognitiva das pessoas cegas, na imensurável ecologia do saber, como a escrita em caracteres comuns igualmente o é para as pessoas sem essa limitação sensorial. Permitir a desbrailização (de forma manuscrita, impressa ou digital) seria o mesmo que privar-nos da escrita comum (em idênticas condições), o que, inconcebivelmente, nos faria voltar aos tempos préhistóricos, antes da invenção da escrita alfabética. Por outro lado, e como já foi referido, em diversos campos deste registo sobre a aprendizagem e uso do Braille, as actividades que rodeiam a sua promoção e desenvolvimento são de vários âmbitos, a saber:

- Formação, como em cursos especializados levados a cabo por entidades públicas e privadas, designadamente escolas de referência, associações de cegos e universidades com áreas dedicadas a esta temática;
- Impressão, em caso de entidades públicas e privadas que têm como objectivo a divulgação do braille impresso para aprendizagem e consulta dos seus utilizadores, nomeadamente em caso de centros como o Centro Prof. Albuquerque e Castro – Edições Braille, da Santa Casa da Misericórdia do Porto, que faz a impressão e dinamiza a divulgação de jornais e revistas em braille;
- Acessibilidade, em situações de criação de sinalética, mapas, programas, ementas, libretos, catálogos e outros materiais como os criados por associações ou empresas dedicadas a esse ramo de atividade no nosso país;
- Organização de congressos especializados, como por exemplo os mencionados no campo anterior, de iniciativa do CPTeI, nacionais ou internacionais, e outros realizados em entidades públicas (Câmara Municipal de Lisboa), Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal e outras Associações de cegos, Universidades e Institutos Politécnicos, por forma a promover a troca de ideias e produção de conhecimento, dinamizando o uso consistente do sistema Braille.

1.5 Caracterização da relevância da manifestação do património cultural imaterial na sua relação com a missão, visão, valores e vetores estratégicos da entidade requerente ou de outras entidades:

1.6 Caracterização da relevância da manifestação do património cultural imaterial na sua relação com as atividades desenvolvidas, em curso ou projetadas, pela entidade requerente ou por outras entidades:

Desde o aparecimento do braille em Portugal, este Sistema tem vindo a ser transmitido, valorizado e permutado através de pessoas individuais, de realizações de eventos sobre o mesmo através de Encontros, Conferências, Seminários e Congressos, por intermédio de Bibliotecas para Cegos (Biblioteca braille do ex-Instituto para Cegos Branco Rodrigues, Bibliotecas para cegos da Associação de Beneficência Luís Braille e da Liga de Cegos João de Deus, da ACAPO, da Câmara Municipal de Lisboa, do Serviço de Produção do Livro para o Cego (hoje Área de Leitura para Deficientes Visuais) da Biblioteca Nacional de Lisboa, da Câmara Municipal de Coimbra, da Biblioteca Municipal de Gaia, da Biblioteca Municipal de Santarém, entre outras), Comissões de Braille, Associações de Cegos, Cursos de Especialização específica em estabelecimentos de ensino, inclusive Superior em Pós-Graduações e Mestrados, em Institutos Politécnicos e Universidades, cabendo aqui destacar alguns:

- Concursos sobre o braille, que têm vindo a ser realizados pela Biblioteca Municipal Camões (que tem a sua génese na primeira Biblioteca para Cegos criada em Portugal) e Gabinete de Referência Cultural da Câmara Municipal de Lisboa, bem como por outras instituições tiflológicas.
- Olimpíadas do Braille, evento que tem vindo a ser realizado pela ACAPO desde 2012.
- 2002, dias 28 e 29 de novembro: “Glossário Luso-Brasileiro Sobre o Braille”, no âmbito da Comissão de Braille Portuguesa e da Comissão Brasileira do Braille, apresentado na Reunião Conjunta das duas Comissões, realizada em Viseu. Nesta Reunião Conjunta, também se debateram os projetos conjuntos “Grafia Fonética Braille”, “Grafia Musical Braille”, “Grafia Química Braille” e “Estenografia Braille da Língua Portuguesa”.
- 2002, dia 29 de maio: Vídeo-Conferência Luso-Brasileira sobre o lançamento da “Grafia Braille para a Língua Portuguesa”, promovida pela Comissão de Braille Portuguesa e pela Comissão Brasileira do Braille.
- 2004, dias 24 e 25 de junho: Realização do Congresso Nacional “100 Anos de Tiflologia em Portugal”, na Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro, em Lisboa.

- 2009-2023: Realização, na Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, do Seminário Nacional, sendo já internacional por se estender à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, no âmbito do Mestrado em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio, Pós-Graduações e outras iniciativas pontuais, tecnologias e produtos de apoio e das metodologias estratégicas e técnicas de acessibilidade educacional para a inclusão escolar e social em equidade e cidadania, didática/pedagogia equitativa socioeducacional, tecnológica e cultural, na acessibilidade e usabilidade nos diversos equipamentos/espacos e ambientes culturais, incidindo fortemente em questões que se prendem com o ensino/aprendizagem do braille no ensino regular, tendo já sido realizados bastantes eventos científicos e culturais, dos quais destacamos os catorze Seminários, conforme a indicação infra, por ordem cronológica decrescente, estando os respetivos Programas consultáveis na Escola indicada supra da referida Universidade;
- 2022 - XIV Seminário Nacional (V Internacional) Pedagogia/Didática Socioeducacional e Tecnológica: Equidade no Ensino/Aprendizagem de Estudantes Cegos e Normovisuais (do qual resultou, subordinado ao mesmo tema, um Livro de Atas, a publicar pelas Edições Universitárias Lusófonas), organizado e realizado, presencial e via Zoom/Streaming.
- 2021 - XIII Seminário Nacional (IV Internacional) Pedagogia Educomunicação Inclusiva no Ensino/Aprendizagem da Matemática a Alunos Cegos e Normovisuais (do qual resultou, subordinado ao mesmo tema, um Livro de Atas, publicado pelas Edições Universitárias Lusófonas), organizado e realizado no dia 9 de dezembro, presencial e via Zoom/Streaming.
- 2020 - XII Seminário Nacional (III Internacional por se estender à Comunidade de Países de Língua Portuguesa) Educomunicação Parento-Filial Inclusiva: Ciência, Cultura e Cidadania (do qual resultou, subordinado ao mesmo tema, um Livro de Atas, publicado pelas Edições Universitárias Lusófonas), organizado e realizado no dia 26 de novembro, via Zoom/Streaming.
- 2019 - XI Seminário Nacional (II Internacional) Musicografia Braille e Equidade na CPLP (do qual resultou, subordinado ao mesmo tema, um Livro de Atas, publicado pelas Edições Universitárias Lusófonas), organizado e realizado nos dias 28 e 29 de junho, presencialmente e via Zoom/Streaming.
- 2018 - X Seminário Nacional Literacias, Tecnologia e Inclusão, organizado e realizado no dia 7 de junho, com registo de som e imagem.
- 2017 - IX Seminário Nacional (I Internacional) As Pessoas Cegas e com Baixa Visão na Comunidade de Países de Língua Portuguesa: Educomunicação Inclusiva em Intervenção Precoce, Vida e Empregabilidade, Desafios e Propostas no Século XXI, organizado e realizado nos dias 1, 2 e 3 de junho com registo de som e imagem.
- 2016 - VIII Seminário Nacional Literacias Inclusivas e Tecnologias de Apoio: Impacto Educomunicação no Direito à Participação Social e Qualidade de Vida das Pessoas com Deficiência organizado e realizado no dia 16 de abril.
- 2015 - VII Seminário Nacional Comunicação Inclusiva em Intervenção Precoce na Infância: Desafios e Propostas (do qual resultou um Livro de Atas subordinado ao mesmo título, publicado pelas Edições Universitárias Lusófonas e com o apoio do CICANT), organizado e realizado no dia 18 de abril.
- 2014 - VI Seminário Nacional Educomunicação e Cultura Inclusivas, organizado e realizado nos dias 27 e 28 de junho.
- 2013 - V Seminário Nacional Especificidades Comunicacionais na Educomunicação no Século XXI: Relacionamento e Interação no Desenvolvimento Humano Inclusivo, organizado e realizado nos dias 14 e 15 de junho.

- 2012 - IV Seminário Nacional Comunicação e Cultura no Desenvolvimento Humano: Teorias e Boas Práticas Inclusivas, organizado e realizado nos dias 15 e 16 de julho.
- 2011 - III Seminário Nacional Comunicação e Educação Inclusivas: Metodologias e Estratégias, organizado e realizado no dia 2 de junho.
- 2010 - II Seminário Nacional Comunicação, Inclusão Qualidade de Vida: Desafios e Propostas, organizado e realizado no dia 24 de junho.
- 2009 - I Seminário Nacional Capacidade para Comunicar e Interagir: Um Novo Paradigma para o Direito à Participação Social das Pessoas com Deficiência, organizado e realizado no dia 11 de julho, de cujos trabalhos resultou a publicação, pelas Edições Universitárias Lusófonas da ULHT, do livro Comunicar e Interagir: Um Novo Paradigma para o Direito à Participação Social das Pessoas com Deficiência, nele reunindo os investigadores que mais trabalho têm realizado na área em Portugal.

No âmbito destes eventos científicos, para além de dissertações de Mestrado em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio, mais investigação avançada tem sido realizada, inclusive quatro Pós Doutoramentos em Ciências da Comunicação (com particular enfoque no braille e no seu uso por pessoas cegas, crianças, adolescentes, jovens e adultos), sob a orientação de Augusto Deodato Guerreiro, no Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT) e Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação (ECATI) da Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa.

1.7 Caracterização de eventuais ameaças à continuidade da prática e ou da transmissão da manifestação do património cultural imaterial:

No panorama atual, o braille enfrenta alguns riscos, de natureza diversa.

Com a progressiva desmaterialização dos meios de comunicação e de leitura, é natural que o braille impresso sofra uma diminuição de utilização. Como já foi referido, o software de leitura de ecrã permite a conversão do texto presente no ecrã em braille, apresentando-o num dispositivo de células braille eletrónicas designado por Linha Braille. Infelizmente, o preço das linhas braille mantém-se muito alto (cerca de 3000 euros para uma linha braille com 40 células), e isto constitui um sério obstáculo à desejável universalização do braille. É certo que existem programas de financiamento público para a compra destes equipamentos, mas ficam aquém das reais necessidades. A consequência é que muitos alunos e profissionais recorrem unicamente à voz sintética para interagirem com os seus computadores, entrando num ciclo de degradação da sua ortografia.

Uma outra ameaça mais subtil é o mito de que o áudio, e em particular a voz sintética, constitui a evolução moderna do braille. Muitas pessoas mal informadas, mesmo dentro da comunidade da deficiência visual, assim o pensam, inconscientes da gravidade dessa ideia. Para contrariar este preconceito, e explicar a verdadeira importância - e unicidade - do braille, faltam ações de sensibilização e de formação estruturadas e consistentes, envolvendo as Escolas de Referência e os principais responsáveis pelo ensino/aprendizagem e uso do braille, contrariando a terrível tendência, sobretudo de quem não domina o braille, para uma certa desbraillização.

Admitir a desbraillização (no que respeita ao braille manuscrito, impresso e digital para a pessoas cegas) é o mesmo que admitir o desaparecimento da escrita comum (nas mesmas condições para as pessoas normovisuais), recuando aos tempos pré-históricos antes da invenção da escrita alfabética.

1.8 Caracterização de ações de salvaguarda e valorização de que a manifestação do património cultural imaterial tenha sido ou seja atualmente objeto, por parte da entidade requerente ou por parte de outras entidades:

O braille, como temos vindo a referir em todo este processo, é fundamental para a qualidade da educação, formação e desenvolvimento das pessoas cegas em termos de literacia e precisão idiomática. Em relação à salvaguarda deste sistema, há que referir que surgiram algumas dificuldades quando começaram a ser divulgados métodos tecnológicos acessíveis, como os leitores de ecrã, software que permite ao utilizador o acesso à informação apenas por voz sintética. Ora, este processo - se bem que não compulsivo porque os leitores áudio de ecrã podem e devem ser meio de utilização de hardware especializado como as linhas Braille, que mantêm a qualidade e precisão da escrita e leitura – implica a dependência de erros de simpatia, ou seja, a queda em falhas causadas pela homofonia. Esta questão é mais grave do que pode parecer à primeira vista, porque implica que o estudante cego se habitue a escrever com erros, pondo em causa a sua eficiência e qualidade académica, pessoal e laboral. Para evitar esta questão, é muito necessário que o Estado proporcione aos alunos desde cedo o acesso a linhas Braille em simultâneo com o software áudio de leitura de ecrã.

Em segundo lugar, seria de todo interessante e importante no plano da inclusão, a dinamização da impressão braille, quer nas escolas quer em centros de divulgação de cultura, através da materialização da diversidade de informação em braille impresso e em braille digital, incluindo a distribuição de revistas, como a Visão, a Poliedro e a Rosa dos Ventos, revistas impressas em braille que já são enviadas para assinantes. A impressão de livros em braille ou em braille e tinta (caracteres comuns) como já existem alguns no mercado português, citando apenas como exemplo O Livro Negro das Cores, proporcionaria às crianças e suas famílias ou às turmas nas escolas, a leitura em conjunto.

Finalmente, a dinamização do processo de acessibilidade nos museus e espectáculos culturais em geral, passaria pela impressão de catálogos e libretos em braille ou em braille e em caracteres comuns ampliados, observando-se o aconselhado contraste de cores. Dar-se-ia assim acesso equalitário à cultura e lazer das pessoas cegas ou de baixa visão, o que, raramente acontece e sem a desejável disposição braillográfica do texto.

Resta ainda sugerir a generalização de sinalética braille e de menus braille em restaurantes (embora, às vezes, esporádica e pontualmente essa possibilidade se observe, mas sem a ajustada ergonomia tátil), mais uma forma de dar importância a este processo de comunicação tão eficiente e prático, democratizando a informação nas mais diversas actividades sociais.

Propõe esta Comissão que seja continuado o investimento na formação em leitura e escrita pelo sistema braille nas escolas, associações e universidades, por forma a evitar a utilização primeira de sistemas de som, que sendo úteis para a educação e trabalho quotidiano não evitam as imprecisões que um idioma como o Português acarreta quando apenas falado devido à grande incidência de homofonias. Só o Braille permite a um utilizador cego ter a precisão, correcção e autonomia necessárias a uma distinção na sua vida pessoal, académica e profissional. O CPTEI dedica por isso, entre as suas actividades, painéis de discussão e congressos nacionais e internacionais dedicados ao estudo deste tema e ainda uma revista recentemente inaugurada que se dedica a estudos de tiflociência e que tem como objectivo sensibilizar os profissionais e o estado à cada mais intensa e precisa utilização do sistema braille como meio de excelência da literacia das pessoas cegas.

2. Documentação da relevância da manifestação de PCI:

(Exemplo de documentação – Nomear no Anexo II-B Documentação)

- a) Documentação fotográfica:
- b) Documentação Videográfica/Fílmica:
- c) Documentação Áudio:
- d) Documentação Cartográfica:
- e) Documentação Gráfica:

3. Direitos de propriedade Intelectual

O proponente efetuou as necessárias diligências com vista a assegurar a devida identificação e respeito pelos direitos de propriedade intelectual que recaem sobre a documentação referida nos anexos (*Ex.: II/1 a II/6.*)

Mais se declara que apenas poderá ser objeto de divulgação pública, através da base de dados do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, a seguinte documentação fornecida em anexo ao presente pedido:

(Exemplo de documentação)

- a) Todos os anexos fotográficos referidos no Anexo II/1;
- b) Todos os documentos videográficos referidos no Anexo II/2;
- c) Todos os documentos áudio referidos no Anexo II/3;
- d) Todos os documentos cartográficos referidos no Anexo II/4;
- e) Todas os documentos gráficos referidos no Anexo II/5;
- f) Todas as fontes escritas referidas no Anexo II/6;

4. Direito à Imagem

O proponente efetuou as necessárias diligências para que os espécimes fotográficos e fílmicos integrantes do presente Pedido de Inventariação observem o devido respeito pelo direito à imagem dos indivíduos retratados.

5. Proteção de Dados Pessoais

O proponente efetuou as necessárias diligências para que os espécimes fotográficos e fílmicos integrantes do Presente Pedido de Inventariação, independentemente da sua natureza ou suporte, e designadamente no âmbito do disposto no artigo 29º do Decreto de Lei nº139/2009 de 15 de junho, considerem o disposto na legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais.

6. Declaração de Compromisso

Declaração de compromisso de Augusto Deodato Guerreiro, atestando a veracidade dos factos e motivos expostos no presente Pedido de Inventário, igualmente anexa em CD, em suporte digital (formato PDF).

7. Pedido de Inventariação e Procedimentos

O presente pedido de Inventariação foi elaborado por CPTEI – Centro Português de Tiflogia, Equidade e Inclusão.

8. Recolha e Tratamento de Informação

8.1. Resumo de recolha e tratamento de informação:

Uma atividade que foi fundamental, em Portugal, para a dignificação do braille foi a constituição da equipa portuguesa responsável por este processo de candidatura a Património Imaterial da Aprendizagem e Uso do Braille. Tudo partiu de um convite feito pela Comissão Francesa para o mesmo efeito, que está neste momento a levar a cabo a reunião de esforços de vários países por todo o mundo para que no final se possa entregar à UNESCO a candidatura para Património Universal. O convite foi colocado pela Comissão Francesa à portuguesa Maria Romeiras Amado, Doutorada em História da Educação, Investigadora da Universidade Nova de Lisboa, que tem dedicado a sua vida académica e científica ao estudo das instituições de ensino de crianças cegas e amblíopes em Portugal e no estrangeiro. Logo esta Investigadora constituiu uma Comissão Portuguesa, para a qual foram convidados o Professor Catedrático de Ciências da Comunicação, Especialidade Comunicação e Cultura, e Agregado em Ciências da Comunicação, Especialidade Comunicação e Cultura Inclusivas (Jubilado em 25.05.2023) Augusto Deodato Guerreiro, Investigador no Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT), da Universidade Lusófona, e Presidente do Centro Português de Tiflologia, Equidade e Inclusão, também sócio efetivo de Associações de Cegos em Portugal (sendo cofundador da ACAPO), que assumiu, com a entidade a que preside, a orientação dos trabalhos. Finalmente, integrou a equipa o Mestre Aquilino Rodrigues (Licenciado em Matemática Aplicada e Mestre em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio), especialista em produção de conteúdos braille e acessibilidade, membro da APEDV - Associação Promotora do Emprego para Deficientes Visuais e fundador do CEFAS - Centro Especializado em Formatos Alternativos da empresa Sertec, e Diretor Técnico desta empresa. Foi esta equipa complementar e muito empenhada que desenvolveu este processo, que hoje imensamente se orgulha de fazer presente tamanho evento para o tão digno e indiscutível efeito internacional em referência.

8.2. Realização do pedido

8.3. Habilitações do Interveniante